

Análise das proposições de candidatos surdos na redação do ENEM de 2017

Analysis of the essay prompts submitted by deaf candidates in the 2017 ENEM exam

Cristina Broglia Feitosa de Lacerda¹ , Matheus Batista Barboza Coimbra² , Eduarda Megumi Kawase^{2*} 

¹Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Departamento de Psicologia, São Carlos, SP, Brasil

²Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Programa de Pós-graduação em Educação Especial, São Carlos, SP, Brasil

COMO CITAR: LACERDA, C. B. F.; COIMBRA, M. B. B.; KAWASE, E. M. Análise das proposições de candidatos surdos na redação do ENEM de 2017. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 21, e19868, 2026. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v21i00.1986801>

Resumo

A educação de surdos oferece diferentes tipos de atendimento em escolas comuns e em escolas com propostas bilíngues, apresentando desafios para a sua execução. No ENEM de 2017, a redação tratou desse assunto por meio do tema: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Essa temática proporcionou visibilidade para discussões acerca da educação de surdos no Brasil. Esta pesquisa tem como objetivo analisar proposições presentes em redações feitas por estudantes surdos, em relação ao tema, no ENEM de 2017. Trata-se de uma pesquisa documental, tendo como *corpus* uma amostra de 50 redações de candidatos surdos. Verificou-se que os participantes apontaram a necessidade de criação de diferentes ações que visem melhorar a educação de surdos, tais como implementação de escolas bilíngues e a produção de materiais didáticos acessíveis em Libras.

Palavras-chave: educação especial; educação bilíngue; surdez; produção de texto.

Abstract

Education for disabled people offers different types of provision in mainstream schools and in schools with bilingual approaches, posing challenges to their implementation. In the 2017 ENEM, the essay prompt addressed this issue through the theme “Challenges for the educational development of deaf people in Brazil,” giving visibility to discussions about deaf education in the country. This study aims to analyze the propositions presented in essays written by deaf students in response to this theme in the 2017 ENEM. It is a documentary study that uses a corpus of 50 essays produced by deaf candidates. The findings indicate that participants highlighted the need to implement various actions to improve deaf education, such as establishing bilingual schools and producing teaching materials in Brazilian Sign Language (Libras).

Keywords: special education; bilingual education; deafness; text production.

INTRODUÇÃO

A educação para surdos, ao longo de sua história, foi marcada por diferentes modos de compreensão da surdez, assim como por métodos distintos para conduzir a educação para esse público. Desde o reconhecimento legal da Libras¹ como meio de comunicação e expressão da comunidade surda (Brasil, 2002), e também com a regulamentação da educação de surdos a partir do Decreto 5.626 (Brasil, 2005), a abordagem descrita como a mais pertinente ao sujeito surdo é a educação bilíngue, por considerar o direito de acesso à aprendizagem pela língua de sinais (Martins; Lacerda, 2016). Todavia, a educação de surdos no Brasil tem se efetivado de maneira plural.

As diferentes maneiras de implementação da educação bilíngue para surdos no Brasil têm gerado uma formação educacional fragilizada, o que pode impactar na continuidade dos estudos (Martins; Lacerda, 2015). Neste contexto, a educação de surdos, vista como um desafio,

¹ Para este artigo pautaremos nossas reflexões na Libras, no entanto, reconhecemos a existência de outras línguas de sinais no território nacional, como por exemplo a língua de sinais indígena, e com isso também a diversidade de pessoas surdas e de comunidades surdas no Brasil.

*Autor correspondente:

eduardakawase@estudante.ufscar.br

Submetido: Dezembro 04, 2024

Revisado: Janeiro 13, 2026

Aprovado: Janeiro 14, 2026

Fonte de financiamento:

CAPES/PROEX.

Conflitos de interesse:

Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética:

Não se aplica.

Disponibilidade de dados:

Não se aplica.

Trabalho realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

ganhou evidência ao ser tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2017, ano em que o exame foi disponibilizado pela primeira vez em Língua Brasileira de Sinais (Libras), e teve como tema da redação “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017b, p. 18).

A abordagem dessa temática em um exame de relevância nacional ampliou a visibilidade da Libras e da educação de surdos, já que esse assunto foi analisado e discutido por milhões de estudantes brasileiros (Rocha; Lacerda, 2023). Esse fato trouxe a possibilidade de análise das redações de candidatos surdos e das proposições por eles apresentadas sobre os desafios de sua própria educação.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é analisar as proposições feitas por candidatos surdos na redação do ENEM de 2017 em relação ao tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”. Buscamos, com a realização desta investigação, contribuir para a área da educação de surdos. Neste sentido, consideramos fundamental evidenciar o que dizem os principais sujeitos envolvidos nesse processo, isto é, os estudantes surdos. Assim, a apresentação das proposições elaboradas por esses estudantes em suas redações constitui uma forma de dar visibilidade para as suas experiências e necessidades.

Cabe destacar que os candidatos surdos que realizaram a prova do ENEM em 2017 vivenciaram, ao longo de sua formação escolar, os efeitos de legislações relevantes, como o Decreto nº 5.626/2005, que estabelece diretrizes para a educação de surdos, seja em escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, com a presença de tradutores intérpretes de Libras (TILS) (Brasil, 2005). Nesse contexto, a análise de suas produções textuais mostra-se significativa, pois permite aprofundar as discussões sobre a educação de surdos no Brasil, ao evidenciar as percepções desses estudantes acerca de suas experiências educacionais, necessidades vivenciadas e proposições para o aprimoramento desse cenário.

Dessa forma, com o objetivo de alcançar os propósitos deste estudo, iniciamos com uma discussão teórica que apresenta, na primeira subseção da introdução, diferentes formas de ocorrência da educação voltada para estudantes surdos no contexto brasileiro. Na segunda subseção, discutimos a concepção de Língua Portuguesa como segunda língua (L2) para surdos. Na seção 2, são apresentados os aspectos metodológicos. A seção 3 é dedicada aos resultados e discussões, em que são apresentados a organização dos dados a partir dos indicadores e dos núcleos de significação. Nas discussões, analisamos as proposições elaboradas por candidatos surdos na redação do ENEM de 2017, possibilitando reflexões sobre os anseios desse público para a sua formação educacional. Por fim, o trabalho é concluído com as considerações finais.

Educação de surdos no Brasil: diferentes “roupagens”

Ao longo da história, a educação de surdos passou por diferentes concepções de como deveria ser o ensino voltado a esse público, sendo até mesmo negado em alguns períodos (Lacerda, 1998). Entretanto, conquistado por meio de movimentos de resistência da comunidade surda, o direito à educação bilíngue é previsto pela legislação brasileira (Brasil, 2005; Brasil, 2021).

Apesar dos avanços, inúmeros desafios seguem permeando a educação de surdos. Dentre eles, podemos destacar que, mesmo com a garantia de acesso à educação, essa oferta tem sido realizada de formas muito diversas. Sobre esse ponto, Lacerda, Albres e Drago (2013, p. 78) afirmam que “pessoas com surdez têm diversas necessidades e condições, e que a inclusão social desses sujeitos, no que tange à educação, pode dar-se com diferentes roupagens”.

Uma oferta de educação de surdos comprometida com a qualidade deve se estruturar tendo em sua centralidade a língua de sinais, bem como com a presença de profissionais bilíngues na escola – professores, instrutores de Libras e TILS (Lodi; Lacerda, 2009; Lacerda; Albres; Drago, 2013). Segundo o Decreto nº 5.626/2005, as escolas ou classes de educação bilíngue são aquelas nas quais a Libras é a língua de instrução e a Língua Portuguesa é aprendida como L2 na modalidade escrita. Essa oferta deve ocorrer em escolas e/ou classes bilíngues, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, de modo que a Libras seja a língua de instrução. Nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e/ou educação profissional, o ensino bilíngue pode ocorrer intermediado pela presença de TILS nas escolas regulares, ou em escolas bilíngues, e com professores cientes da singularidade linguística dos alunos surdos (Brasil, 2005). Vale ressaltar que, recentemente, a Educação Bilíngue para

Surdos foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) como modalidade de ensino específica (Brasil, 2021). No entanto, na prática, as escolas ou classes que atendem os estudantes surdos se organizam de maneiras diferentes, nem sempre como aquelas indicadas na legislação.

Os dados do Censo Escolar de 2022 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023), tratando sobre os alunos da educação especial, mostram que 17.141 surdos e 37.625 deficientes auditivos estão matriculados em classes comuns, e 3.558 surdos e 2.642 deficientes auditivos estão matriculados em classes exclusivas. Tais números permitem perceber que a maior parte dos alunos surdos e deficientes auditivos está matriculada em classes comuns, enquanto a minoria desse público é atendida em classes exclusivas. Esses dados podem ser visualizados na Figura 1 sobre matrículas de alunos surdos e deficientes auditivos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023).

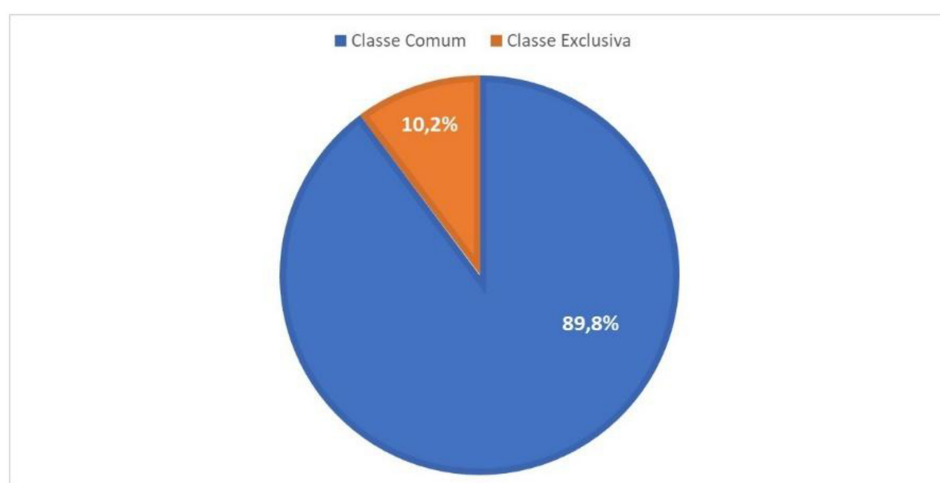


Figura 1. Matrículas de alunos surdos e deficientes auditivos.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2023).

As classes comuns, nas quais 89,8% dos alunos surdos/deficientes auditivos estão matriculados, se caracterizam por serem formadas por estudantes com e sem deficiência (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Nesse contexto, contudo, nem sempre está presente o TILS, o qual faria a tradução dos conteúdos, por outro lado, também, há os alunos que se identificam como deficientes auditivos que não são usuários da língua de sinais. Assim, apesar da presença do TILS estar prevista na legislação, por vezes, não se efetiva na prática (Moura; Leite; Martins, 2017). Além disso, as estratégias pedagógicas dependem de professores que precisam estar atentos à singularidade linguística dos alunos surdos, o que nem sempre se verifica. Esse tipo de serviço oferecido aos alunos surdos, mesmo quando o conteúdo escolar é traduzido em Libras, não proporciona uma interação plena em Libras, pois a língua de instrução na sala é a Língua Portuguesa (Lacerda, 2006; Lodi; Luciano, 2009; Turetta; Lacerda, 2018). Essa forma de incluir os alunos surdos é problemática e criticada por pesquisadores da área, principalmente quando aplicada na Educação Infantil e no Ensino Fundamental 1.

Na educação infantil, essa abordagem é questionável, visto que as crianças, com frequência, não possuem conhecimento da Libras para terem seu ensino mediado via interpretação, com atividades pautadas na oralidade, o que impede uma participação plena nessas propostas (Martins; Lacerda, 2016). Já para os níveis seguintes de ensino (Ensino fundamental 2, Ensino Médio e Ensino Superior), a presença do TILS pode ser adequada, desde que sejam consideradas as especificidades dos estudantes surdos (Belém, 2010; Pereira, 2013; Schefer; Furnival; Lacerda, 2022). Ainda nestes espaços, por vezes, é possível encontrar a proposta de ensino de Língua Portuguesa como L2, com professor bilíngue especificamente designado para essa tarefa (Carvalho; Lacerda, 2012).

As classes exclusivas, nas quais a minoria dos alunos surdos/deficientes auditivos estão matriculados - 10,2% (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023), se caracterizam por escolas de surdos e, também, por salas exclusivas nas escolas comuns.

Esses espaços são formados por alunos surdos, e o quadro de profissionais é frequentemente bilíngue - Libras/ Português, e/ou tem a Libras como primeira língua (L1). Nesses espaços, a língua de sinais ganha destaque por ser a língua de instrução na sala de aula. Nesse contexto de salas exclusivas, encontram-se propostas de educação bilíngue para surdos situadas em escolas comuns, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental 1, com a organização de salas multisseriadas, professores bilíngues e língua de instrução em Libras. Isso se dá, em geral, em função do número insuficiente de estudantes surdos para compor uma escola de surdos (Lacerda; Santos; Martins, 2016).

De acordo com Martins e Lacerda (2016, p. 164), a educação bilíngue permite “transitar duas línguas com a mesma proporção de relações de uso, no caso, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Português (modalidade escrita)”. A partir da abordagem bilíngue, o aluno surdo tem a oportunidade de se constituir como sujeito por meio da língua de sinais. Além disso, a construção desse espaço bilíngue é pensada para promover o desenvolvimento do estudante surdo, abordando atividades que valorizem a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa, bem como que façam sentido para o aluno surdo.

Independentemente de qual seja o modelo de ensino adotado para a educação de surdos, as autoras Lacerda, Albres e Drago (2013, p. 67) destacam que “qualquer ação pedagógica precisa considerar sua condição linguística [do surdo] e oferecer a Libras como forma de acesso”. Dessa maneira, a singularidade linguística do estudante surdo deve ser fator fundamental na construção de uma escola que promova uma educação de qualidade.

Assim, a educação de surdos no Brasil não apresenta unicidade, sendo executada de maneiras diferentes de acordo com a gestão educacional de cada localidade. Esse fato é mencionado por Nascimento e Moriconi (2022, p. 130-132):

É necessário destacar a notável divergência na interpretação e compreensão das leis nacionais pelos gestores públicos a respeito do conceito de educação bilíngue para surdos, pois, de acordo com a possibilidade real dos municípios e do estado, a educação de surdos é implementada de diferentes formas, refletindo diretamente na educação escolar dos sujeitos envolvidos.

Portanto, a legislação educacional brasileira é compreendida de diferentes formas em relação à educação que os estudantes surdos devem receber. Com isso, gestores de escolas públicas implementam tipos de serviços distintos para a educação de surdos, fato que resulta em experiências escolares diferentes que podem colaborar mais ou menos para os avanços educacionais desses sujeitos.

Redação do ENEM e Língua Portuguesa como segunda língua para surdos

A redação do ENEM exige a escrita de um texto dissertativo-argumentativo e conta como um dos seus elementos principais a presença de uma proposta de intervenção sobre o tema exposto (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017a).

Cabe destacar que a prova de redação do ENEM representa uma fração significativa na nota final do candidato, sendo de grande relevância para a sua aprovação em uma universidade pública ou em outros programas de acesso ao nível superior, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Todavia, para os estudantes surdos, a escrita da redação do ENEM pode representar um desafio ainda maior, devido à Língua Portuguesa ser sua segunda língua (Lodi, 2004; Peixoto, 2006).

Pensando nessa especificidade, o INEP instaurou uma comissão para a elaboração de critérios específicos para a avaliação dos candidatos surdos, com o intuito de tornar a prova mais acessível a esse público (Junqueira; Lacerda, 2019). Assim, a redação dos candidatos surdos é avaliada por uma banca especializada, levando em consideração o Português como L2 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017a). De acordo com a cartilha que trata dessa correção especializada:

O Enem oferece uma correção de redação especializada, que leva em conta características linguísticas específicas dos surdos e deficientes auditivos [...] Para corrigir as redações dos participantes que se declaram surdos ou deficientes auditivos, são selecionados avaliadores que tenham experiência com a escrita de alunos com esse diagnóstico.

Além disso, passam pelo Curso de Capacitação de Avaliadores, complementado por uma capacitação específica, em que têm contato com os critérios de avaliação e as produções escritas desses participantes. (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020, p. 4).

Ademais, desde 2017, a prova do ENEM passou a ser acessível em Libras, tendo uma versão da prova elaborada nessa língua. Dessa maneira, o candidato surdo pode assistir à prova em vídeo traduzido em Libras. Sobre esse fato, Junqueira e Lacerda (2019, p. 15) afirmam:

A disponibilização de videoprovas em Libras e de provas em Português como L2 não configura privilégio indevido e nem tampouco fere a isonomia do exame. Pelo contrário, é meio justo, seguro e certo para assegurar direitos, garantir equidade e manter a isonomia do exame.

Assim, como destacado pelos autores, se compreende que a avaliação da redação como L2 para candidatos surdos é um direito, o que se justifica a necessidade de analisar a escrita do sujeito surdo com um olhar diferenciado, dada sua singularidade linguística (Peixoto, 2006; Lodi, 2014; Almeida; Lacerda, 2019).

A aprendizagem da escrita da Língua Portuguesa para surdos deve se dar por uma abordagem diferente do ensino desta mesma língua para ouvintes, tendo em vista que “enquanto este [ouvinte] reconstrói a história de sua relação com a linguagem por meio da língua oral, o surdo percorre tal caminho orientando-se pela língua de sinais” (Almeida; Lacerda, 2019, p. 900). Por se apoiar na língua de sinais, é comum que os estudantes surdos repitam a estrutura sintática da Libras ao escrever em Português. Logo, a sua escrita pode apresentar marcas linguísticas que fogem da estrutura sintática da Língua Portuguesa, já que esta é considerada como L2 para os surdos.

Nessa perspectiva, destacamos a relevância de ser ofertada uma avaliação adequada e diferenciada para os candidatos surdos que leve em consideração a sua singularidade linguística. No entanto, a acessibilidade no Enem não envolve apenas as questões objetivas da prova, mas, também, a prova de redação. Nesta prova, o candidato precisa escrever um texto dissertativo-argumentativo, o qual é avaliado por uma grade específica de correção. Dentre os critérios de análise, estão a gramática da Língua Portuguesa; a habilidade de relacionar outras áreas do conhecimento à redação; a habilidade de argumentar e defender um ponto de vista; a habilidade de usar os recursos coesivos adequados em um texto e, por fim, a habilidade de elaboração de uma proposta de intervenção (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017a). A proposta de intervenção é uma parte importante na escrita da redação do ENEM, e, quando se apresenta de forma clara e completa, representa 20 por cento na nota da redação do candidato, ou seja, vale 200 pontos dos mil pontos possíveis de serem alcançados (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017a). Assim, é esperado que o candidato escreva em sua redação uma proposta com o intuito de modificar ou minimizar o problema social abordado no tema.

Para esta pesquisa, destacamos justamente trechos transcritos das propostas de intervenção das redações de candidatos surdos. Tais trechos serão mantidos em sua grafia original, sem a intenção de apontar erros ou acertos na escrita, mas destacando a importância do protagonismo de sujeitos surdos em sua formação educacional.

MÉTODO

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa documental, realizada a partir de documentos escritos advindos de fontes primárias (Marconi; Lakatos, 2003). Além disso, devido à pouca exploração da temática “ENEM e surdos”, esta pesquisa também se caracteriza como um estudo exploratório (Gil, 2008).

Como fonte de dados, contamos com os espelhos digitalizados e sem identificação de 50 redações de estudantes que realizaram o primeiro ENEM em Libras (videoprova), a qual teve como proposta de redação o tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”.

Para a seleção dos espelhos das 50 redações, foram utilizados os microdados do ENEM de 2017, analisados por meio do *software* R. Consideraram-se os estudantes que realizaram as provas “verde”, disponibilizada em Libras. Os espelhos das redações foram selecionados

aleatoriamente, contemplando notas de 0 a 980. O acesso ao material foi concedido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para fins de pesquisas. Trata-se da mesma amostra utilizada na pesquisa realizada por Rocha e Lacerda (2023), porém com diferentes focos analíticos, não utilizando para este estudo o *software* de análise textual que foi empregado nessa pesquisa.

Este estudo visa analisar qualitativamente os espelhos de redação. Em relação à seleção dos documentos, realizamos a leitura na íntegra de todas as redações que compõem a amostra e, a fim de auxiliar no procedimento de seleção dos textos para a análise, utilizamos critérios de exclusão e inclusão, pautados no objetivo da pesquisa.

Como critério de inclusão, foram abarcadas na pesquisa as redações que apresentam pelo menos uma proposta para o problema abordado, ou seja, os desafios para a educação de surdos no Brasil. Como critério de exclusão, descartamos textos que estavam em branco; que fugiram do tema da redação; que apresentaram proposições sem o delineamento de, pelo menos, uma ação; textos ilegíveis e redações que apresentaram propostas com cópias dos textos motivadores.

A respeito da proposta de intervenção, a Cartilha do Participante traz informações sobre o que essa deve conter. Esse material define que a proposta de intervenção (proposição) deve refletir os conhecimentos de mundo do participante, contendo a exposição da ação interventiva ao tema proposto, e, também, o ator social que torna a ação executável (individual, familiar, comunitário, social, político, governamental e mundial), e o meio de realização da ação e seu possível efeito (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017a). Ainda, de acordo com esse material, é orientado que o candidato “evite propostas vagas ou muito genéricas; busque ações mais concretas, mais específicas ao tema e consistentes com o desenvolvimento de suas ideias” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017a, p. 24).

Vale ressaltar que consideramos para este estudo as redações que apresentaram proposição com o delineamento de, pelo menos, uma ação propositiva ou interventiva. Isso se justifica, pois, na cartilha do participante, o candidato é orientado a elaborar uma proposta interventiva que responda à questão: “O que é possível apresentar como proposta de intervenção para o problema abordado pelo tema?” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017a, p. 24-25). Assim, foi realizado um recorte nas redações analisadas que destacam ações propositivas, desde que indiquem uma ação a ser realizada para modificar determinada realidade, no caso em questão, os desafios da educação de surdos no Brasil. Essas propostas foram recortadas de qualquer parte do texto, tendo em vista que, embora sejam mais comuns na conclusão, podem aparecer, também, nos parágrafos de introdução e de desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A organização das proposições presentes nas redações dos candidatos surdos foi realizada por meio da proposta de análise de sentidos presentes no discurso. Nesta proposta, feita por Aguiar e Ozella (2013), os dados são organizados em núcleos de significação. Nessa perspectiva de análise, devem ser elaborados pré-indicadores, definidos como “trechos de fala compostos por palavras articuladas que compõem um significado” (Aguiar; Ozella, 2013, p. 309). Posteriormente, a partir desses pré-indicadores, são elaborados indicadores, os quais funcionam como uma aglutinação das categorias elaboradas anteriormente, organizados por meio de similaridade ou complementaridade dos dados coletados. A etapa seguinte é a elaboração dos núcleos de significação, os quais visam sintetizar modos de pensar, sentir e agir dos sujeitos. Ao final, esses núcleos de significação são analisados “à luz do contexto social histórico [e] à luz da teoria” (Aguiar; Ozella, 2013, p. 311).

Aplicando essa metodologia de análise de dados, realizamos a leitura da amostra das redações do ENEM de 2017 dos candidatos surdos, extraímos os trechos que apresentavam as ações propositivas e organizamos os pré-indicadores. Em seguida, a partir de novas leituras e buscando sintetizar os trechos destacados, organizamos os indicadores por similaridade e/ou complementaridade. Por fim, para a organização e a criação dos núcleos de significação, articulamos os conteúdos semelhantes e que se complementam, conforme pode ser visualizado no Quadro 1.

Quadro 1. Organização dos Indicadores e Núcleos de Significação.

Indicadores	Núcleos de significação
1) Interação com colegas	1) Percepção dos surdos sobre eles mesmos
2) Conscientização da sociedade	
3) Mobilização da comunidade surda	2) Proposições para formação educacional dos surdos
4) Participação da família	
5) Acessibilidade linguística	
6) Educação Bilíngue	
7) Formação de profissionais da educação	
8) Produção de materiais didáticos em Libras	
9) Criação de políticas públicas	
10) Conscientização da sociedade pelo poder público	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Encontramos 79 proposições nas redações, considerando que algumas delas apresentaram mais de uma ação propositiva. Destacamos que, dos 50 espelhos de redações analisados, dois estavam em branco e quatro não possuíam ação propositiva. Avaliamos esse número como sendo significativo, já que 44 redações das redações analisadas apresentaram algum tipo de ação propositiva.

A seguir, apresentamos trechos das proposições dos espelhos das redações dos candidatos surdos do ENEM de 2017, que consideramos mais relevantes para explicitar os núcleos de significação (Percepção dos surdos sobre eles mesmos e Proposições para a formação educacional dos surdos), além de favorecer as análises.

Sentidos e significados a partir dos núcleos de significação

Neste tópico, apontamos as percepções dos candidatos surdos que destacam desejos que perpassam sua constituição social, cognitiva e afetiva, os quais aparecem na forma de apontamentos sobre suas necessidades. Além disso, traremos os trechos, apresentados em *itálico*, com as proposições que sugerem intervenção para a resolução dos desafios que permeiam a formação educacional dos surdos.

Iniciamos com o indicador “Participação da família”, que representa trechos das percepções dos candidatos surdos nos quais demonstram um apelo para que seus familiares estejam mais presentes em sua vida cotidiana.

Redação 37: *é precisar importante de aprender conversar da educação, na estudar mais difícil para uma na família que não saber no comunicação as libras.*

Redação 45: *as famílias tem entender dos filhos surdos também e deveria mandarem eles estudar na escolas dos surdos e também conhecer os amigos, times vários na associação também tem festas dias dos surdos.*

A família é o primeiro núcleo social e possui um importante papel em relação ao desenvolvimento global de uma pessoa. No caso dos surdos pertencentes às famílias ouvintes, a participação ativa desse núcleo no desenvolvimento e na compreensão sobre a singularidade que constitui a surdez passa necessariamente pelo conhecimento e interação por meio da língua de sinais. No entanto, pesquisas que observaram as interações comunicativas do cotidiano de famílias ouvintes com filho surdo, indicam a predominância do uso de Português oral, gestos, mímicas e, com maior frequência, o bimodalismo (língua oral e de sinais) (Cappellini; Santos, 2020). As autoras ressaltam a necessidade de enfatizar com as famílias as possibilidades do uso da Libras e evitar situações que possam trazer à tona sentimento de culpa e de incapacidade para elas.

Neste contexto, a escola se configura como um espaço de apoio não só aos alunos, mas também a seus familiares. Em escolas que desenvolvem uma proposta inclusiva de formação bilíngue de alunos surdos, a oferta de atividades de formação em Libras e de apoio aos familiares dos estudantes pode e deve ser feita (Lodi; Lacerda, 2009; Cappellini; Santos, 2020). Ainda abordando o tema sobre as interações sociais, apresentamos trechos relativos ao indicador “Interação com colegas”, o qual aponta para o desejo dos surdos de estabelecerem amizades no espaço escolar. A escola é o espaço social que proporciona novas interações e possibilidades de convivência com o outro, tornando-se um local privilegiado e significativo para o desenvolvimento global, sendo parte essencial para a constituição do sujeito.

Redação 3: *Dificuldades não só com professores, também com colegas onde a grande maioria acham que surdez é contagiosa, aluno acaba isolando-se.*

Redação 4: *importante amigos nos comunicação.*

Redação 28: *novo amizades de ouvintes são importantes.*

Redação 38: *é importante tem contato dos outros amigos escola.*

Redação 50: *quero [omissão do nome] amigos.*

Mesmo falando uma língua diferente, notamos que os surdos expressam, repetidas vezes, o interesse em desenvolver amizades com os outros/ouvintes. Em escolas com proposta inclusiva bilíngue, um dos principais objetivos é proporcionar pares linguísticos aos alunos surdos, já que a interação social é fundamental para o desenvolvimento linguístico, psicológico e subjetivo desses sujeitos (Lodi; Lacerda, 2009). Além de proporcionar pares surdos, outro objetivo da escola inclusiva bilíngue é fazer com que a língua de sinais e o conhecimento sobre a comunidade surda circule, também, entre os alunos e profissionais ouvintes, aumentando a possibilidade do contato entre surdos e ouvintes.

Sobre esse ponto, Lodi (2014, p. 168) afirma que, para desenvolver a linguagem, “devemos estar em relação com outros que utilizem uma língua que nos seja acessível – nos casos das crianças surdas, a língua de sinais”. No entanto, nem todos os surdos frequentam escolas com esse tipo de proposta, o que acarreta no isolamento do aluno surdo por não ter acesso a uma interação plena com os colegas ouvintes que não sabem Libras.

Esse contexto de exclusão é recorrente, conforme podemos observar em outros discursos de sujeitos surdos. Por exemplo, Silva, Medeiros e Schwengber (2023) analisam o relato de uma criança surda, chamada Manuela, no qual ela denuncia que fica muito isolada na escola e que seus colegas não a compreendem, prejudicando a sua aprendizagem e o seu desenvolvimento escolar. Nessa direção, conforme as autoras, “podemos perceber que não é somente Manuela que vivencia/vive com uma comunicação fragilizada e ainda fica/se sente isolada nos espaços escolares” (Silva; Medeiros; Schwengber, 2023, p. 17). Em razão disso, classes comuns compactuam com a exclusão dos estudantes surdos, colocando-os no mesmo ambiente, mas não promovendo ações efetivas para a sua inclusão.

A fim de solucionar as dificuldades de interação entre surdos e ouvintes na escola, emergem das redações dos candidatos surdos possíveis ações, como a de “Criação de políticas públicas”, as quais destacamos a seguir:

Redação 12: *É necessário que todas as instituições educacionais ensinem os estudantes a aprenderem libras, como uma forma de incluir todos os surdos diariamente.*

Redação 49: *as escolas e as universidades devem adquirir essa língua [Libras] nas grades curriculares de seus cursos, para que todos os alunos saibam como conversar e ajudar um surdo.*

Redação 29: *Precisamos de uma inclusão que seja mais que um intérprete na sala de aula.*

Mesmo reconhecendo o papel da mediação do intérprete nas relações, os surdos sentem a necessidade de algo que lhes dê a possibilidade de estabelecer relações diretas, minimizando as barreiras linguísticas no contexto educacional. Assim, os candidatos surdos mencionam proposições relacionadas à aprendizagem da Libras. Nessa direção, a ideia é que mais pessoas, incluindo os colegas de escola, aprendam a língua de sinais para ampliar possibilidades de comunicação, ainda que básica, com os estudantes surdos. É proposto que as escolas tenham a disciplina de Libras em sua grade curricular, contribuindo para melhorar a acessibilidade linguística e para promover uma maior interação com os colegas ouvintes.

No contexto do ensino superior, a disciplina de Libras está inserida na grade curricular obrigatória dos cursos de formação de professores e fonoaudiologia, conforme dispõe o Decreto nº 5.626/2005. Após um ano da publicação deste decreto, a disciplina de Libras deveria ser implementada como disciplina em caráter optativo para os demais cursos do ensino superior (Brasil, 2005). Já no contexto da educação básica, existem alguns projetos de lei que têm como objetivo inserir a disciplina de Libras como obrigatória na grade curricular (Macedo; Nunes; Benevides, 2020). Conforme apontado pelos candidatos surdos no Enem, essa seria uma proposta válida com o intuito de melhorar a comunicação no ambiente escolar entre surdos e ouvintes. Entretanto, tais projetos de lei, caso venham a ser implementados, devem ser realizados de uma maneira que promova o ensino de Libras com uma segunda língua para ouvintes, adotando estratégias e metodologias de ensino adequadas a esse público. Do contrário, corremos o risco de ter mais uma disciplina curricular em que o estudante conclui os estudos sem ter os conhecimentos mínimos necessários, como já acontece com o ensino de inglês na educação básica (Barcelos, 2019).

Seguindo o movimento de fomentar o conhecimento da sociedade ouvinte em relação ao contexto do sujeito surdo, sobre o indicador “Conscientização da sociedade”, apresentamos os seguintes recortes das redações:

Redação 06: *Respeito surdo precisa.*

Redação 18: *Um esforço coletivo à aceitação do diferente dentro das relações sociais.*

Redação 20: *as pessoas precisa saber conhecimentos sobre os surdos, não é fácil comunicação quem não sabe libras.*

Redação 47: *é importante tem celebração de setembro azul.*

Redação 50: *quero escola azul.*

Os trechos das redações 06, 18 e 20 apontam para a diferença ‘do ser surdo’ e que conhecê-la é necessário para que o outro/ouvinte respeite este modo de ser ao participar das interações sociais, e também pode contribuir para a aceitação dessa diferença como parte integrante da sociedade. Nesse sentido, do ponto de vista socioantropológico, ‘ser surdo’ é visto como diferença cultural que se caracteriza principalmente pela singularidade linguística - língua de sinais (Skliar, 1997).

Seguindo a mesma direção, nos trechos das redações 47 e 50, os candidatos indicam o desejo e a importância de divulgação de conhecimentos sobre sujeitos surdos, indicando o ‘Setembro Azul’, que é marcado por diversas comemorações para a comunidade surda, entre elas, o Dia Nacional do Surdo (26 de setembro), como um momento propício para a conscientização da população.

Em escolas e/ou classes com propostas de formação para os surdos, as atividades no mês de setembro trazem maior visibilidade para eles, informando e formando a comunidade escolar por meio de palestras, oficinas de Libras e apresentações protagonizadas pelos estudantes surdos. Dessa maneira, compreendemos o desejo expresso nos trechos ressaltando o ‘Setembro Azul’ como um espaço que dá a comunidade surda a oportunidade de protagonismo e de compartilhamento do seu modo de ser, de interagir e de conviver socialmente com os ouvintes.

Sobre a conscientização da sociedade pelo poder público a respeito dos sujeitos surdos, as seguintes ações são propostas:

Redação 25: *o governo deve investir nas propagandas a respeito dos surdos.*

Redação 32: *as escolas e faculdades a realização de palestras e discussões com a presença de um fonoaudiólogo.*

Redação 48: *cabe ao MEC providenciar nas escolas conteúdos educativos para mostrar que não há diferenças entre um surdo e um ouvinte.*

Esses recortes tratam sobre a promoção de propagandas e de palestras para diminuir o preconceito sobre os surdos. Segundo os participantes, isso deve ser feito pelo governo, mais especificamente, pelo Ministério da Educação. Nessa perspectiva, segundo Ribeiro (2019), é necessário vencer uma situação de invisibilidade para que se possa atuar sobre ela. Logo, é importante que o assunto sobre a educação de surdos tenha um espaço de discussão na escola e em outros ambientes formativos. Dessa maneira, mais pessoas poderão compreender que a diferença entre surdos e ouvintes está, principalmente, na língua que utilizam e não em suas potencialidades. Nesse sentido, ao dizer que “não há diferenças entre um surdo e um ouvinte”, compreendemos que o participante defende a ideia de que todos são iguais em direitos e em potencialidades, desmistificando o discurso de que os surdos são incapazes ou inferiores quando comparados aos ouvintes.

No que se refere à busca por direitos que dê a comunidade surda condições de equidade na sociedade, encontramos trechos que enfatizam a relevância da mobilização da comunidade surda. A seguir, trazemos algumas dessas propostas:

Redação 34: *nós precisamos lutar pelos direitos.*

Redação 42: *temos lutar para melhor a vida seguro de surdos menos limitação no Brasil.*

Redação 9: *Opinião agora surdos tentar lutar educação estudar importante muito bom e também lutar tentar precisa livre escolhas estudar e profissão o trabalho.*

Esses trechos indicam a importância da luta da comunidade surda em prol dos seus direitos educacionais. Por décadas, esse direito básico foi negado a essa comunidade. Em função disso, os candidatos surdos participantes do Enem compreendem a relevância da mobilização na luta pela conquista de direitos. Os direitos conquistados até o momento, sendo a mais recente a inclusão da educação bilíngue de surdos como modalidade na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), foram alcançados por meio dos movimentos de luta da comunidade surda (Brasil, 2021).

Um dos candidatos também destaca que é preciso lutar para que os surdos tenham liberdade para fazer as suas escolhas nos estudos e no trabalho. Em razão das barreiras linguísticas e atitudinais, os surdos enfrentam dificuldades de acesso para determinadas formações acadêmicas e no mercado de trabalho. Ao cursarem uma formação em nível superior, esses estudantes podem não ter a presença do intérprete de Libras, inviabilizando seu acesso aos conteúdos das aulas. Mesmo depois de formados, estão sujeitos a empregadores que negam oportunidade de trabalho por não acreditar em suas capacidades. Dessa maneira, é fundamental a promoção de medidas que tornem o ambiente acadêmico e de trabalho mais acessível e menos capacitista para a comunidade surda. As proposições dos candidatos surdos que abordam a acessibilidade linguística, apontam principalmente para a presença do intérprete de Libras, conforme evidenciado a seguir:

Redação 07: *Asseguramento de um intérprete e/ou um acompanhante se faz necessário nas atuais instituições de ensino.*

Redação 10: *Cada intérprete deve interpretar sua disciplina de formação para adaptar para os surdos entender.*

A partir do Decreto nº 5.626/2005, a presença e atuação dos tradutores intérpretes da Libras/Língua Portuguesa (TILSP) passa a ser uma das formas de garantir o acesso e inclusão das pessoas surdas na educação básica (Brasil, 2005). Com essa conquista legal da comunidade surda, aumentou-se a demanda por profissionais TILSP, no entanto, essa formação em nível superior ainda é uma prática recente (Duarte; Cruz; Faria, 2021).

Ainda mais precária é a formação de tradutores e intérpretes de Libras para atuação em diferentes áreas. Observa-se que, por exemplo, para fazer a tradução ou a interpretação de conteúdo de exatas, o profissional precisa ter um conhecimento mínimo sobre o assunto para que seja possível a realização de um trabalho de qualidade. Esse ponto é sugerido na proposta da redação 10, na qual o candidato opina que cada intérprete deve interpretar a disciplina de sua formação a fim de que o surdo possa compreender melhor o conteúdo. Entretanto, dada a precariedade da formação do intérprete de Libras e a demanda desses profissionais, principalmente na área da educação, essa ação encontra diversas barreiras para a sua concretização.

Acompanhando as possibilidades que a atual sociedade oferece com o avanço dos recursos tecnológicos, sobretudo, os de comunicação, os seguintes trechos das redações demonstram que os surdos consideram as tecnologias como recursos que podem mediar as suas interações com outras pessoas - surdas e ouvintes - além de serem utilizados/aplicados com propósitos educacionais.

Redação 23: *mais internet tecnologias para os surdos.*

Redação 45: *falta mais e video conferencia em todo cantos lugar.*

Em relação ao uso da internet e de tecnologias da informação e comunicação (TICs) que trazem acessibilidade linguística aos surdos, sobressai o uso das videochamadas e também de aplicativos/plataformas de tradução simultânea de Libras que tornam possível a comunicação entre surdos e ouvintes não usuários da língua de sinais (Gori; Corrêa; Galon, 2020).

Ainda com referência às tecnologias para acessibilidade dos surdos, podemos relacioná-las às ações propositivas que apontam a necessidade de criação de materiais didáticos acessíveis para estudantes surdos, conforme evidenciado a seguir:

Redação 01: *Eu livro libras não ter escola estudar difícil não entendo.*

Redação 29: *É interessante dizer que pouco temos dentro das escolas inclusivas, material para ensino de libras.*

Redação 32: *Cabe ao governo federal o aprimoramento das tecnologias assistivas [...] como vídeo aulas em LIBRAS com conteúdos didáticos.*

O excerto da Redação 01, sobre a falta de livro didático, aponta para uma problemática, pois já existem alguns livros didáticos em Libras, mas esse material pode não chegar a todos os espaços escolares que possuem estudantes surdos. A ação por parte do governo, por meio do Programa Nacional do Livro Didático - Libras, tem como objetivo a disponibilização de livros didáticos acessíveis à especificidade linguística dos estudantes surdos (Brasil, 2023). No entanto, esses materiais apresentam problemas em relação à acessibilidade, apontando para a necessidade de considerar o sujeito surdo no processo de elaboração desses materiais (Lima, 2018). Ademais, ao considerar a modalidade visual gestual na qual está inscrita a Libras, o material didático mais adequado ao estudante surdo seria o de vídeo, no qual é possível registrar e explorar a língua de sinais, respeitando, assim, a singularidade linguística desse público (Kawase; Costa; Lacerda, 2021). A educação bilíngue (Libras/Português) ocupa um espaço expressivo nas ações propositivas escritas por candidatos surdos na redação do Enem, como é observado nos trechos a seguir:

Redação 10: *O governo precisa apoiar a acessibilidade dos surdos. Começa a forma a escola educação bilíngue desde cedo.*

Redação 19: *educação bilíngue [...] brasil libras desejo feliz educação.*

Redação 23: *O Brasil escola bilingue importante ensinam língua 1 Libras 2 Português.*

Redação 29: *seria bom que o ensino de libras fosse feito na alfabetização do surdo, junto com a língua portuguesa, na modalidade escrita.*

Redação 35: *poderia ensinar na escola bilíngue para surdos.*

Redação 38: *A educação bilíngue e língua 1 e também língua 2 de libras português, aprender e desenvolver comunicação dos surdos escola”.*

Redação 42: *devem aparecer as bilíngues para desenvolver da capacidade aprender as informações dos conteúdos para os surdos que entram no sucesso da vida.*

Redação 47: *as escolas tem os alunos dos surdos precisa importante de educação bilíngue.*

Observamos pelo menos oito redações que abordam ações propositivas referentes à educação bilíngue de surdos. Essas manifestações indicam que, para esses participantes, a educação bilíngue ocupa um espaço significativo nas ações que devem ser implementadas para enfrentar os desafios de sua formação educacional. Isso se justifica porque, nas escolas bilíngues, a língua de sinais é usada como primeira língua e a Língua Portuguesa como uma segunda língua, ensinada na sua modalidade escrita. Dessa maneira, as especificidades linguísticas do estudante surdo são atendidas, tornando o ambiente escolar acessível para essa comunidade.

Além disso, percebe-se que, nas redações 19 e 42, a educação bilíngue é associada à felicidade e ao sucesso do aluno surdo. Esses candidatos entendem que a oferta da educação bilíngue em Libras e Português tem como efeito o desenvolvimento pleno do sujeito surdo, resultando em satisfação e em possibilidades de um futuro promissor. Entretanto, os surdos que são atendidos em escolas bilíngues fazem parte de uma minoria (apenas 10,2%), considerando que a maior parte dos estudantes surdos estão matriculados em escolas comuns/classes comuns (89,8%), segundo dados do Censo Escolar (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023). Sobre esse fato, um dos textos motivadores disponibilizados na proposta de redação do Enem de 2017 já evidenciava o fator de matrículas entre os anos de 2011 a 2016.

Apesar de ser um direito assegurado na legislação brasileira (Brasil, 2005), a educação bilíngue ainda não é ofertada a todos os estudantes surdos. Observamos, também, um conceito negativo associado à oferta de escolas bilíngues para surdos, já que no gráfico são nomeadas como “escolas exclusivas”. De acordo com Rezende-Curione (2022, p. 106), há sujeitos que “insistem em caracterizar, equivocadamente, Escolas Bilíngues de Surdos como espaços de segregação”. Dessa forma, mesmo que a comunidade surda expresse, repetidas vezes, o desejo pela oferta da educação bilíngue, e esse seja um direito, permanece um discurso de que essas escolas são segregadoras.

CONCLUSÃO

A educação de surdos, ofertada no contexto brasileiro, enfrenta diversos desafios. Dada a relevância dessa temática, o Enem de 2017 propôs tema de redação abordando os desafios da formação educacional de surdos no Brasil. Para a redação, espera-se que o candidato elabore uma proposta de intervenção com o objetivo de amenizar o problema discutido. Olhando para essa parte específica das redações, propomos, neste artigo, analisar as ações propositivas feitas por candidatos surdos na redação do Enem de 2017.

Cabe destacar que olhar para essas proposições de candidatos surdos promove uma maior visibilidade para as ideias apresentadas, já que estes participantes experienciaram diferentes modelos educacionais e, por isso, suas sugestões sobre quais ações podem ser implementadas para alavancar a educação de surdos no Brasil são dados que devem ser considerados. Dessa maneira, olhar para as suas propostas é uma forma de compreender os anseios da comunidade surda em prol de uma educação de qualidade.

Adicionalmente, destacamos a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a participação de estudantes surdos no Enem. De acordo com Junqueira e Lacerda (2019, p. 15), essas novas investigações são importantes para que “se possa aprofundar a reflexão e seguir na busca de formas de acessibilidade aperfeiçoadas para esse público, assumindo uma mudança de paradigma”.

Portanto, defendemos que a educação de surdos deve ser construída com a participação efetiva de sujeitos surdos. Além disso, pesquisas devem ser realizadas com o intuito de compreender quais ações podem ser desenvolvidas e implementadas para a oferta de uma educação que atenda às singularidades linguísticas do estudante surdo. Tais investigações não devem ignorar o que esses estudantes dizem sobre o tipo de educação que está sendo ofertado a eles, promovendo, assim, um debate contínuo que não esteja, somente, como um tema de redação em um exame nacional, mas, também, como uma pauta imprescindível nas políticas públicas educacionais, as quais tenham o objetivo de promover uma educação acessível para todos os brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial (PPGEEs) da UFSCar pelo auxílio financeiro na publicação deste artigo.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-66812013000100015>.
- ALMEIDA, D. L.; LACERDA, C. B. F. Português como segunda língua: a escrita de surdos em aprendizagem coletiva. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 58, n. 2, p. 899-917, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/010318138653579436691>.
- BARCELOS, A. M. F. Narrativas, crenças e experiência de aprender inglês. **Revista Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 9, n. 2, p. 145-175, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15210/rle.v9i2.15642>.
- BELÉM, L. J. M. **A atuação do intérprete educacional de língua brasileira de sinais no ensino médio**. 2010. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187259>. Acesso em: 16 fev. 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 23, 25 abr. 2002.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2015. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005.
- BRASIL. Lei nº 14.191, de 03 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 4 ago. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD Libras**. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/pnldacessivel2022>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- CAPPELLINI, M. T.; SANTOS, L. F. As interações comunicativas entre familiares ouvintes e sujeitos surdos: possibilidades de ressignificações. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 33, p. e72, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X48563>.
- CARVALHO, N. C.; LACERDA, C. B. F. Letramento de adolescentes surdos: experiências em um programa de inclusão bilíngue. In: VICTOR, S. L.; DRAGO, R.; CHICON, J.F. (org.). **Educação especial e educação inclusiva**: conhecimentos, experiências e formação. 2. ed. Araraquara: Junqueira e Marin, 2012, p. 43-51.
- DUARTE, L. A.; CRUZ, R. C. V.; FARIA, J. G. Formação de tradutores e intérpretes de Libras - português: visão dos profissionais em atuação no mercado de trabalho. **Belas Infiéis**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/belasinfiéis.v10.n2.2021.33388>.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.
- GORI, A. F.; CORRÊA, V.; GALON, T. A inclusão da comunidade surda por meio das tecnologias de informação e comunicação no espaço virtual. In **Revista**, Ribeirão Preto, v. 11, p. 105-120, 2020. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/inrevista/article/view/1830>. Acesso em: 9 mar. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Redação do Enem 2017**: Cartilha do participante. Brasília: Inep, 2017a. 50 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Prova de linguagens, códigos e suas tecnologias e redação** [Prova de ciências humanas e suas tecnologias (1º dia, Caderno Verde)]. Brasília: Inep, 2017b. 32 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2017/cad_10_prova_verde_5112017.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **A redação no Enem 2020:** Avaliação das redações dos participantes surdos ou com deficiência auditiva. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/a_redacao_do_enem_2020_-_avaliacao_das_redacoes_dos_participantes_surdos_ou_com_deficiencia_auditiva.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da educação básica 2022.** Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 7 fev. 2024.

JUNQUEIRA, R. D.; LACERDA, C. B. F. Avaliação de estudantes surdos e deficientes auditivos sob um novo paradigma: Enem em Libras. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, p. e28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X28732>.

KAWASE, E. M.; COSTA, O. S.; LACERDA, C. B. F. A presença da Libras e de legenda em vídeos didáticos: a percepção de estudantes surdos. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, Cáceres, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8748>. Acesso em: 19 mar. 2024.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68-80, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621998000300007>.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200004>.

LACERDA, C. B. F.; ALBRES, N. A.; DRAGO, S. L. S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 01, p. 65-80, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100005>.

LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F.; MARTINS, V. R. O. **Escola e Diferença:** caminhos para educação bilíngue de surdos. 1. ed. São Carlos: Editora da UFSCar, 2016. 241 p.

LIMA, M. D. **As políticas de acessibilidade dos livros didáticos em Libras.** 2018, 203 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.923>.

LODI, A. C. B. **A leitura como espaço discursivo de construção de sentidos:** Oficinas com surdos. 2004. 282 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13914>. Acesso em: 15 mar. 2024.

LODI, A. C. B. LACERDA, C. B. F. **Uma escola, duas línguas:** letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009. 160 p.

LODI, A. C. B.; LUCIANO, R. T. Desenvolvimento da linguagem de crianças surdas em língua brasileira de sinais. In: LODI, A. C. B.; LACERDA, C. B. F. (org.). **Uma escola, duas línguas:** letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 33-50.

LODI, A. C. B. Ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua para os Surdos: Impacto na Educação Básica. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (eds.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e a educação de surdos. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 165-183.

MACEDO, Y. M.; NUNES, E. L. M.; BENEVIDES, S. L. L. Libras: desafios e possibilidade para a implantação do currículo da educação básica, da rede regular de ensino de Uibaí. **Arquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 16, p. 301-318, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7344.2019v7n16p301-318>.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

MARTINS, D.; LACERDA, C. B. F. Exame Nacional do Ensino Médio e acesso de estudantes surdos ao Ensino Superior Brasileiro. **Pro-Posições**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 83-101, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201507804>.

MARTINS, V. R. O.; LACERDA, C. B. F. Educação inclusiva bilíngue para surdos: problematizações acerca das políticas educacionais e linguísticas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 163-178, 2016. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v21n2a3277>.

MOURA, A. F.; LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. Universidade acessível: com a voz os estudantes surdos do ensino médio. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 23, n. 4, p. 531-546, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-65382317000400005>.

NASCIMENTO, L. C. R.; MORICONI, L. V. Educação Bilíngue para surdos: distintas compreensões e implementações. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul, v. 7, n. 13, 2022. DOI: <https://doi.org/10.13037/rea-e.vol7n13.8517>.

PEIXOTO, R. C. Algumas considerações sobre a interface entre a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 205-229, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200006>.

PEREIRA, O. R. Alunos surdos, Intérpretes de libras e professores: Atores em contato na universidade. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 73-96, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15603/1679-8104/cen.24p73-96>.

REZENDE-CURIONE, P. L. F. Escola bilíngue de surdos: Comunidade linguística ou comunidade segregada? **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, v. 57, p. 101-111, 2022. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1727/1664>. Acesso em: 25 abr. 2024.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, L. R. M.; LACERDA, C. B. F. Análise textual dos espelhos das redações de candidatos que realizaram a videoprova em Libras do Enem - 2017. **Education Policy Analysis Archives**, Tempe, v. 31, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.31.7704>.

SCHEFER, R. P.; FURNIVAL, A. C. M.; LACERDA, C. B. F. Relato de experiência: ensino remoto de Lógica de Programação para alunos surdos. **Conjecturas**, Caxias do Sul, v. 22, n. 17, p. 185-209, 2022. DOI: <https://doi.org/10.53660/CONJ-2173-2Z15>.

SILVA, F. F.; MEDEIROS, D.; SCHWENGBER, M. S. V. Subjetivações surdas: Discursos sobre a (in) existência da Libras no espaço escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, n. 1, p. e1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X65929>.

SKLIAR, C. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (ed.). **Educação e exclusão**: abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153.

TURETTA, B. R.; LACERDA, C. B. F. Educação Bilíngue de surdos: considerações sobre as práticas da Educação Infantil a partir de uma análise sobre o brincar. **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 115-137, 2018. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/443>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Contribuições dos autores

CBFL: Conceitualização, Metodologia, Gerenciamento de dados, Administração do projeto, Recursos, Revisão. MBBC: Conceitualização, Metodologia, Preparação visual dos dados, Escrita. EMK: Conceitualização, Metodologia, Preparação visual dos dados, Escrita.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara